

Cultura acadêmica e movimento estudantil em Coimbra¹

Elísio Estanque²

1. Introdução: o ritualismo e a luta estudantil

Com mais de 700 anos de história, a Universidade de Coimbra foi até 1911 a única universidade do país. À semelhança de outras universidades europeias ela foi, como se sabe, uma instituição fundamental na formação das elites – políticas, culturais e intelectuais do país – através da transmissão de conhecimentos legítimos certificados pelos respectivos títulos académicos, que, aliás, eram (e são) por si sós portadores de prerrogativas distintivas e expressão de um elevado *status*.

Mas, ao lado da aprendizagem adquirida nas bibliotecas e salas de aula por sucessivas gerações, há muitos séculos que na universidade, ou em torno dela, são suscitados costumes e hábitos de vida intimamente associados à presença de uma população estudantil jovem, letrada, partilhando preocupações e colectivamente participando em muitos dos intensos debates – académicos e políticos – que, desde sempre, germinaram no interior das universidades. Esta longa tradição ajudou a forjar ao longo dos tempos a identidade estudantil, apoiando-se nos inúmeros rituais académicos marcados pelo clima de festa e irreverência, nas actividades da *praxe* (trote) e no movimento das Repúblicas³ (casas comunitárias de habitação estudantil). Não menos importantes, em especial pelo seu significado cultural e político, foram os movimentos e experiências de luta colectiva desencadeados pela

¹ O presente texto é parte da pesquisa *Culturas Juvenis e Participação Cívica: diferença, indiferença e novos desafios democráticos*, coordenada por Elísio Estanque e Rui Bebianco e realizada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2003 e 2006. Projecto financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia/ Ministério da Ciência e do Ensino Superior, nº POCTI/SOC/45489/2002.

² Professor da Faculdade de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra-Portugal. Email: elisio.estanque@gmail.com; Blogue: <http://boasociedade.blogspot.com>
Recebido em 10/2007. Aceito em 12/2007.

³ As “Repúblicas são conotadas com uma certa imagem ‘intelectual’, com orientações ideológicas radicais e também com uma aura de ‘marginalidade’. Como diante se verá, estas casas tiveram um importante papel na cultura acadêmica de Coimbra – nomeadamente no contexto das lutas estudantis dos anos 60 –, e procuram preservar a sua identidade forjada ao longo de gerações. Organizam anualmente os seus aniversários, conhecidos como os “centenários” nos quais são convidados a participar todos os antigos membros que passaram pela respectiva República. Os seus nomes, em geral envoltos numa carga irónica ou mesmo política, deixam antever um pouco destas colectividades estudantis: Real república dos Kágados; Real República Rapó-Taxo; Prá-Ky-Estão; Boa-Bay-Ela; Real República Baco; Ay-Ó-Linda; Real República dos Pyn-Guyns; Rosa Luxemburgo; Ninho dos Matulões; Real República Rás-te-Parta; Real República Spreit’ Ó Furo; Real República Palácio da Loucura; Real República Trunfé Kopos; etc. Nos últimos anos a procura destas casas por parte dos estudantes tem diminuído e o ‘movimento’ geral das repúblicas tem vindo a perder impacto na academia; mas, por outro lado, como adiante se mostrará, é entre este segmento que parece mais forte a consciência crítica e a vontade de participação na esfera associativa.

colectividade estudantil de Coimbra, que desde os princípios do século XX passaram a constituir um elemento central do ambiente universitário da cidade.

Na década de 1960, em particular, a UC foi palco de intensas lutas estudantis, as quais, tendo decorrido no quadro do regime salazarista, tiveram um alcance muito significativo no desgaste do sistema e mobilizaram não só os estudantes e a cidade mas a opinião pública democrática e a oposição ao Estado Novo. Estas experiências de rebeldia decorreram não só num contexto político muito difícil, mas também num período em que a Universidade portuguesa era extremamente elitista e a UC congregava estudantes oriundos do país inteiro. O contexto estudantil dessa época marcava a vida da cidade e animava o essencial da actividade cultural e associativa. Os movimentos pela democracia na universidade, contra o regime salazarista e a guerra colonial tiveram o seu momento culminante em 1969 (dia 17 de Abril desse ano), quando os estudantes boicotaram uma sessão oficial na presença do Ministro da Educação e do então Presidente da República, Américo Tomás. A Associação de estudantes (AAC – Associação Académica de Coimbra) e os estudantes ligados às *Repúblicas* eram então as principais estruturas organizadas do movimento estudantil e possuíam grande capacidade de mobilização. Na sequência dessas lutas seguiu-se uma forte repressão policial e muitos estudantes foram presos, outros expulsos da universidade ou compulsivamente recrutados para o serviço militar e mobilizados para a guerra colonial que então decorria em África (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau).

É certo que o activismo sempre foi privilégio de minorias, e por isso, tirando situações excepcionais de mobilização de massas, são principalmente as “vanguardas” que participam e formatam as condições da acção colectiva. Foi o que aconteceu com os movimentos estudantis dos anos 60, já que, como se sabe, a universidade era então uma instituição a que apenas tinham acesso os filhos das elites ou pouco mais. Mas, apesar disso, num regime autoritário e conservador como foi o português entre 1926 e 1974, o activismo “vanguardista” da juventude universitária não deixou de contribuir para a fragilização do Estado Novo de Salazar e Caetano. Com efeito, as mobilizações estudantis daquele período, dirigidas contra um sistema de ensino obsoleto e anti-democrático, um Estado de cariz fascista e uma guerra colonial inútil e sem solução militar, tiveram um significado político relevante na consciencialização democrática de várias gerações de estudantes e junto das correntes e forças oposicionistas da época. Por outro lado, ajudaram também na promoção das novas elites políticas que viriam a emergir após o fim do regime salazarista.

Os fortes movimentos populares que em 1974-1975 ocorreram em Portugal, com a Revolução dos Cravos, num contexto de grande radicalismo político-ideológico, atingiram elevadíssimos níveis de participação, mas rapidamente deram lugar ao esgotamento, pois o desinteresse pela vida pública decresceu à medida que o regime democrático estabilizou. Temos hoje uma democracia consolidada, que trouxe novas oportunidades e permitiu que a classe trabalhadora pudesse aceder a padrões de vida e formas de consumo próximas da classe média (apesar da realidade económica e social do país revelar ainda muitos problemas quer no plano do desenvolvimento quer

das persistentes desigualdades sociais). Foi neste quadro que a atual juventude cresceu e se formou. A vida universitária passou a funcionar segundo os princípios de democraticidade com representação de estudantes em todos os seus órgãos de gestão (senado da universidade, assembleias de representantes, conselhos pedagógicos e conselhos directivos das faculdades). Muito embora os períodos de maior mobilização e activismo apontem em geral o governo e o Ministério da Educação como o principal adversário, o certo é que esse adversário nem sempre é fácil de identificar. No actual panorama tornou-se difícil eleger um “inimigo” que permita suscitar uma vontade massiva de contestação por parte dos estudantes.

Ao longo das últimas décadas de vida democrática o protesto estudantil continuou, evidentemente, a dar lugar a diversas acções e lutas associativas e políticas. Desde meados dos anos 1990 até recentemente as principais mobilizações foram organizadas sob a bandeira de luta contra o aumento das “propinas” (as mensalidades cobradas os estudantes pelas universidades, inclusive as públicas)⁴. Há cerca de dez anos atrás o movimento anti-propinas teve algum impacto, mas o seu significado político começou a diminuir, principalmente porque a sociedade e a opinião pública questionaram cada vez mais as razões dessa luta. Na verdade, perante um sistema universitário em que no sector privado os estudantes pagavam desde há muito tempo mensalidades muito elevadas (cerca de 300 euros por mês neste momento), para muita gente era injusto que se exigisse a defesa de um ensino superior público gratuito (até 1997, quando foram aumentadas para cerca de 300 euros/ano).

Nos últimos anos as universidades públicas passaram a cobrar cerca de 900 euros por ano, tendo o movimento estudantil invocado a lei constitucional que contempla o direito ao ensino superior “tendencialmente gratuito”. Porém, a mobilização dos estudantes tem vindo a enfraquecer, limitando-se à participação de escassas centenas de estudantes (numa população que, em Coimbra, é actualmente de cerca de 25 mil estudantes, incluindo a Universidade, o ensino Politécnico e as instituições privadas). Paralelamente, o conteúdo político da causa estudantil tem vindo a perder força e nota-se um crescente afastamento das estruturas dirigentes em relação à massa dos estudantes, apesar da descentralização das estruturas de base, com a criação de núcleos por faculdade. Por outro lado, as festas e rituais estudantis continuam a congregar a atenção da maioria dos estudantes da UC, mas as práticas da praxe aplicadas aos caloiros são cada vez mais criticadas por encerrarem alguma violência (havendo por vezes queixas de agressão e humilhação), parecem submetidas a uma lógica mercantilista e consumista em que os estudantes se procuram alienar, enveredando por atitudes de excitação, fuga e evasão e parecem cada vez mais indiferentes à participação em iniciativas e projetos com conteúdo cultural e substância crítica.

⁴ Até à segunda metade dos anos 90 a universidade pública era praticamente gratuita (havia apenas um pagamento simbólico anual equivalente a cerca 15 euros por ano lectivo, ou próximo disso), mas a partir daí as propinas tornaram-se uma obrigação e foram introduzidas em montantes variáveis, segundo as universidades, mas regra geral estão actualmente fixadas em cerca de 900 euros/ ano, no caso do cursos de graduação, variando as pós-graduações entre 1250 euros/ ano (o que acontece na maioria dos casos), mas podendo atingir valores bem maiores consoante os cursos e as áreas.

É à luz destas tendências de transformação que se analisam aqui alguns aspectos do ritualismo estudantil ligados à Universidade de Coimbra – como é o caso do “trote” (em Portugal chamado de *praxe académica*) e das festas anuais como a Queima das Fitas e a Latada – bem como as praticas, níveis de participação associativa e orientações subjectivas dos estudantes perante a Universidade e o activismo cívico e associativo na actualidade. A análise baseia-se nos dados recolhidos através de um questionário aos estudantes da UC a partir de uma amostra de 2862 indivíduos (ver nota na primeira página).

2. Tradição e festas studentis em Coimbra

A *praxe académica* (trote)⁵ espelha a estreita ligação entre a Universidade e a

⁵ No artigo 1º do Código da Praxe, esta é definida como “o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da Universidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos”. Para se situar o fenómeno como objecto de leituras controversas vejamos duas concepções opostas: 1 *visão tradicional* - «A Praxe Académica é um conjunto de tradições geradas entre estudantes universitários e que há séculos vêm a ser transmitidas de geração em geração. É um *modus vivendi* característico dos estudantes e que enriquece a cultura lusitana com tradições criadas e desenvolvidas pelos que nos antecederam no uso da Capa e Batina. A Praxe Académica é cultura herdada que nos compete a nós preservar e transmitir às próximas gerações. É preciso não esquecer o verdadeiro propósito e filosofia da Praxe Académica. Esta serve para ajudar o recém-chegado a integrar-se no ambiente universitário, a criar amizades e a desenvolver laços de sólida camaradagem. É através da Praxe que o estudante desenvolve um profundo amor e orgulho pela instituição que frequenta, a sua segunda casa. Mas ela também ajuda o indivíduo a preparar-se para a futura vida profissional. Através das várias «missões impossíveis» que o praxado tem de desempenhar, este vai-se tornando cada vez mais desinibido, habituando-se a improvisar em situações para as quais não estava preparado. A função educativa também está presente na Praxe Académica. A sanção de rapar um caloiro quando apanhado na rua a partir de certas horas tem origem na intenção de o obrigar a estudar», in (<http://pwp.netcabo.pt/qvidpraxis/praxe.html>); 2 *visão crítica* - «A praxe tem-se vindo a desenvolver e a crescer sem controlo ou limite (...), em que já ninguém sabe como agir para retomar a ‘boa e velha praxe’. Segundo estudos psicológicos mostraram que o aluno caloiro suporta a praxe porque tem a ideia de que num futuro próximo vai poder exercer esse mesmo ‘poder’ (...) é tudo uma questão de poder psicológico, o aluno mais velho sente e pensa que é mais que os novos alunos, pensa que é mais importante, e é através dessa exposição de força e poder que mostra aos outros o quanto ele vale no acto de praxar. Havia antigamente um costume na praxe em que o caloiro tinha de ir arrumar a casa dos ‘doutores’, mas esse gesto foi tão criticado que hoje em dia é proibido nos códigos de praxe. As queixas de hoje são diferentes das queixas do passado, mas o que se verifica é que só mudaram os motivos pelos quais se queixa porque de resto continuam a queixar-se»; 3 *visão moderada* - «A Praxe não pode nunca ser sinónimo de humilhação ou de actos de violência barata levados a cabo por uns quantos frustrados que não sabem o que são as tradições académicas e só usam um traje para se pavonearem na esperança de serem notados. São indivíduos destes os responsáveis pelo actual estado moribundo da verdadeira Praxe Académica», in <http://www.regiaoocentro.net/lugares/coimbra/praxe/default.asp> (...). «Nós (universitários) somos adultos, mas isso não quer dizer que tenhamos que ser apáticos, sem vida. Temos que manter a jovialidade e o espírito criativo que as crianças e os adolescentes por natureza possuem, mas, claro está, com a responsabilidade e com a ponderação que a nossa idade impõe. A praxe coimbrã é a única no país verdadeiramente democrática e regulamentada, com direitos e deveres a terem de ser respeitados por todos. Quem não concordar com ela, tem o direito a escolher se se submete ou não. Declarando-se anti-praxe, o estudante perde alguns direitos, mas não é ostracizado, não fica isolado dos seus colegas, nem perde a oportunidade de fazer amigos. Submetendo-se à praxe, o caloiro integra-se

cultura acadêmica estruturada ao longo dos tempos. Importa, antes do mais, enquadrar o fenómeno no seu contexto sociocultural e histórico para, seguidamente, procurar analisar um dos temas mais sensíveis que tem sido associado à praxe: o tema da violência. Esta é, sem dúvida, uma questão de grande importância para a análise das atitudes e consumos culturais da população estudantil, que ajudará a perceber as tendências recentes neste campo, nomeadamente através dos resultados do inquérito que adiante será referido.

A tradição e o conjunto de rituais historicamente ligados aos ambientes académicos refletem o modo como a universidade se conjuga com as transformações socioculturais mais vastas. Assim, pode dizer-se que as tradições académicas (nas quais se inclui a “praxe”) derivam dessa relação: primeiro, as hierarquias bem definidas no seio da própria instituição universitária e a necessidade de se perpetuarem; segundo, a germinação de culturas comunitárias resultantes do contacto entre a população estudantil e as atmosferas populares do contexto local.

O primeiro aspecto prende-se com a evolução da própria universidade e a centralidade que ela ocupa na sociedade, sem esquecer a sua histórica ligação ao poder eclesiástico, que durante séculos controlou o ensino universitário. Desde sempre o poder académico promoveu um conjunto de símbolos e rituais tendentes a afirmar e reproduzir o estatuto de superioridade instituído pelo saber legítimo e a correspondente autoridade de que se reveste. Nessa medida, a simbologia distintiva é alimentada pela instituição através de um amplo conjunto de rituais de passagem (também eles com a sua própria história). Tais situações marcam os momentos de transição entre as diferentes etapas da carreira académica que, além de celebrações públicas, se assumem como actos de “sacralização” e ostentação, vincando desse modo as hierarquias de poder da instituição. Por exemplo, o traje académico, com os seus diferentes adornos, cores, insígnias, mas também os títulos, os anéis de curso, a existência de padrinhos e tutores, entre outros, funcionam como elementos classificativos e códigos de imposição de condutas de demarcação social. A hierarquia e a necessidade de exibí-la simboliza ao longo da história a imagem dos sectores privilegiados da sociedade e, por consequência, de dominação sobre os que deles dependem.

O segundo aspecto diz respeito a uma outra dimensão exterior à universidade, mas que, paradoxalmente, foi desde tempos recuados incorporada no ambiente académico. Trata-se da tradição popular e dos ambientes de boemia associados a um mundo masculino e marcado pela virilidade. Sobretudo a partir do século XIX, com o crescimento das cidades, emergiram as novas classes médias, os intelectuais, os artistas, os estudantes, cujo capital cultural deu lugar a novos estilos de vida descomprometidos, que se afastaram dos códigos da cultura burguesa, introduzindo novas formas de *gosto transgressivo*, expressões de fascínio e atracção pela diferença, dando lugar a novas formas de contracultura. A cultura do

muito mais depressa na vida de Coimbra e na sua nova etapa como estudante universitário» in <<http://adsl.tvtel.pt/antipodas/txtpraxe.htm#aac>>.

riso carnavalesco, a imagem subversiva do *corpo grotesco* de que falou Mikhail Bakhtin (1999)⁶, das celebrações populares originárias da época renascentista, tornaram-se símbolos da subversão popular face à cultura e à moral convencional. Em oposição à forma disciplinada e *civilizada*, que reprime a paródia, a blasfémia e o obsceno, emergiu nos ambientes urbanos uma imagem apoteótica e desregrada da boémia, que se assume na comida gordurenta, nos contornos disformes, na algazarra, no consumo de álcool e na promiscuidade sexual. Ora, esta cultura e estes ambientes boémios foram, ao longo da idade média, contagiando os ambientes estudantis nas cidades universitárias da Europa, atmosferas que ganharam particular visibilidade nas casas comunitárias, nas Nações e nas Repúblicas de Coimbra.

Através de formas dinâmicas de apropriação e recriação cultural, associadas ao teatro, à música, à poesia, entre outras formas de expressão artística, a intelectualidade estudantil estimulou o comportamento crítico, o humor, a sátira, a caricatura e todo um conjunto de práticas subversivas que, desde sempre transportaram elementos de violência. No entanto, é bom que se diga que, no caso particular das praxes académicas, elas assumiram-se desde o início como manifestações simbólicas de uma hierarquização de estatutos, em que os aspectos lúdicos encerravam igualmente uma lógica disciplinar e mecanismos de poder dotados de grande rigidez. Assim, os julgamentos, as trupes, os rapanços, as touradas, onde os novatos eram o alvo principal da chacota, foram constantemente recriados e reinvestidos de lógicas próprias de cada contexto histórico. De resto, como lembra A. Frias (2003), tais práticas não são historicamente um exclusivo da universidade e dos colégios de ensino superior, antes fizeram parte da instituição escolar no seu conjunto, onde as colectividades jovens, celibatárias e masculinas promoviam e recriavam os seus códigos de conduta, submetendo os mais novos e recém chegados à autoridade dos mais velhos. Acresce que a violência foi, ao longo de muito tempo e sob diversas formas – como o uso da régua, da colher de pau ou do ponteiro – considerada como um ingrediente fundamental da educação e da instituição escolar no seu todo, ou seja, educação, civilidade, vigilância e disciplina estão intimamente ligados (FOUCAULT, 1977; CARON, 1999; ELIAS, 1989).

Porém, a componente de violência sempre foi acompanhada de contestação dos “abusos”. Assim, por exemplo, os castigos sobre os mais novos, à mistura com brigas por questões de honra e hierarquia, com os canelões e as investidas, acções que eram praticadas em Coimbra já no século XVIII, deram lugar a alguns tumultos e vozes críticas contra os que incomodavam os *novatos*, levando, por exemplo, o rei D. João V a decretar em 1727 a suspensão desses rituais, devido a mortais investidas contra os novatos perante a quase impunidade dos

⁶ O “corpo baixo” da impureza, da desproporção, está em oposição ao “corpo clássico”, que é estético, bonito, simétrico. A cultura do carnavalesco invoca, por um lado, uma visão do mundo que remete para a possibilidade de um segundo nascimento a partir do espírito do riso e, por outro lado, enaltece a celebração festiva e a morfologia do “extra-ordinário” da cultura que corrói as instituições (BAKHTIN, 1999).

universitários: “Hey por bem e mando que todo e qualquer estudante que por obra ou palavra ofender a outros com o pretexto de novato, ainda que seja levemente, lhe sejam riscados os cursos” (LAMY, 1990).

3. As repúblicas estudantis e a “praxe”

O ambiente estudantil dos anos 60 em Coimbra, tanto na vertente das práticas culturais como na vertente associativa, misturava-se claramente com a dimensão ritualista e festiva da tradição académica de Coimbra. A questão da praxe e da violência diluíam-se nessa época em atmosferas socioculturais onde germinaram os movimentos de luta estudantil. Até ao início do *luto académico*, que se seguiu à chamada “crise académica” de 1969, esse ritualismo estendia-se também às Repúblicas e inseria-se no clima geral de irreverência e de dissidência político-cultural. Todavia, importa referir que ao longo dessa década o fenómeno da praxe caiu em desuso, uma vez que os problemas e preocupações sociais dessa geração eram de natureza diferente e o envolvimento sociocultural obedecia a outro tipo de orientações e interesses intelectuais.

As Repúblicas surgiram no contexto estudantil de finais do século XIX, em que o ritualismo festivo – onde se inclui a própria praxe – era genericamente partilhado pelos estudantes de Coimbra. Ao longo do período salazarista (1933-1974) as Repúblicas não só participavam activamente nas festividades estudantis como tiveram um papel decisivo nas lutas académicas durante a década de 60, através do Conselho Repúblicas (CR), estrutura que, nessa época, foi particularmente activa na intervenção política, tanto no plano associativo local, integrando e promovendo listas que chegaram a vencer eleições para a Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra (AAC)⁷, como a nível político mais geral na luta clandestina contra o Estado Novo (NAMORADO, 1989; BEBIANO, 2003; CRUZEIRO E BEBIANO, 2006).

Porém, com a crise de 1969, e sobretudo após o 17 de Abril desse ano, com a greve estudantil e o encerramento da Universidade de Coimbra, no contexto da repressão que então foi exercida contra os dirigentes associativos e os estudantes, o Conselho de Repúblicas (CR) decretou o luto académico, como forma de protesto contra o regime, decisão que formalmente não foi revogada até hoje. Como também já foi referido, desde 1969, passando pelo período revolucionário de 1974-1975, até final dos anos 70, a tradição académica foi abandonada pela maioria dos estudantes universitários, e só no início dos anos 1980 a praxe e as festas académicas de Coimbra começaram a ser reactivadas, aliás num clima de grandes contradições e de alguma conflitualidade. Apesar disso, os rituais académicos – em especial o cortejo da Queima das Fitas e a Festa das Latas – foram plenamente relançados no início dos anos 80 do século passado.

Porém, os estudantes residentes nas Repúblicas e o próprio CR mantiveram (regra geral) uma posição de recusa do chamado “espírito praxista”, apesar de algumas das Repúblicas terem aos poucos adoptado uma atitude mais

⁷ A estrutura representativa dos estudantes de Coimbra, que é a maior associação estudantil do país.

complacente e tolerante perante a praxe. Importa, portanto, sublinhar que, tal como a população estudantil se caracteriza pela sua pluralidade, também o universo das repúblicas é plural e heterogêneo. Pode dizer-se que existem actualmente Repúblicas abertamente anti-praxe, outras onde não é permitida a praxe hierárquico-punitiva e o uso do traje, e ainda outras que não permitem a praxe, mas admitem que os seus membros a façam no exterior da república e aceitam o uso do traje académico. Para além disso, outras há que não tomam posição sobre o tema, dando liberdade aos seus membros, e existem ainda aquelas onde se segue escrupulosamente a tradição académica.

Como se pode observar no Quadro 1, é notória a clivagem entre os estudantes “repúblicos” e os restantes, no que se refere às atitudes perante a praxe. Sobressai, desde logo, em termos gerais, uma menor valorização dos diversos rituais académicos por parte dos estudantes das Repúblicas. Entre estes, as percentagens mais elevadas de importância são atribuídas às actividades mais mediatizadas e que se tornaram as principais bandeiras das festas académicas, tais como as *Noites do Parque*, *Cortejo da Latada* e o *Cortejo da Queima das Fitas*. Mas, mesmo quanto a estes itens, os “repúblicos” atribuem-lhes cerca de metade da importância que lhes reconhecem os restantes estudantes da UC, enquanto às demais rubricas é atribuída uma importância bem mais modesta.

Destacam-se, por exemplo, os escassos 20,6% dos “repúblicos” que assinalaram como importante a *praxe académica aos calouros*, contra 44,8% da restante população estudantil, mas os maiores contrastes situam-se em torno das questões mais abertamente conotadas com a solenidade dos rituais. É o caso da bênção das pastas (8,6% contra 56,9%), do baile de gala (6,9% contra 34,5%) e do uso do traje académico (14,1% contra 72,9%).

QUADRO 1: Importância dada às festas e rituais académicos (%)*

Práticas/ Rituais	Repúblicas	Outros	Total
Bênção das Pastas	8,6	56,9	55,9
Praxe Académica aos Calouros	20,6	44,8	44,3
Garraiada	8,6	20,5	20,3
Noites do Parque	31,0	62,6	62,0
Cortejo da Latada	34,5	66,0	65,4
Cortejo da Queima das Fitas	36,2	79,5	78,5
Queima do Grelo	8,6	56,3	55,4
Seguir no Carro no Cortejo	15,5	60,4	59,5
Baile de Gala	6,9	34,5	34,0
Viagem de Finalistas	12,1	51,1	50,2
Usar o Traje Académico	14,1	72,9	71,7

* Estas percentagens somam as respostas assinaladas nas colunas 4 e 5 (na escala de 1 a 5, em que 1 = nada importante e 5 = muito importante).

Relativamente às opiniões acerca de alguns dos rituais da praxe, podem igualmente observar-se (Quadro 2) evidentes contrastes entre a população estudantil mais geral e aqueles que vivem nas Repúblicas. Em primeiro lugar, destaca-se a afirmação mais assinalada segundo a qual, a praxe *deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir* (56,9% “repúblicos”/ Rs contra 72,1% dos outros estudantes/ Outros).

QUADRO 2: Atitudes perante a praxe académica (%)*

Opinião sobre a praxe	Repúblicas	Outros	Total
Deve-se manter tal como está	6,9	15,1	15,0
Deve ser revista no sentido da não discriminação entre homens e mulheres	13,8	18,4	18,3
Deve ser revista de forma a receber melhor os novos alunos	22,4	52,1	51,5
Deve ser completamente abolida, pois é uma violência	39,7	2,6	3,3
Deve ser limitada aos cerimoniais académicos	10,3	7,9	8,0
Deve ser rigorosamente aplicada de acordo com o Código da Praxe	6,9	28,3	27,8
Deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica	44,8	67,8	67,3
Deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir	56,9	72,1	71,8

* Estas respostas correspondem às respostas (não exclusivas) assinaladas pelos inquiridos, em que se lhes pedia que indicassem um máximo de 3 afirmações com as quais mais concordavam.

No mesmo sentido, vai a segunda afirmação mais assinalada, segundo a qual a praxe *deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica* (44,8% Rs, 67,8% outros), tal como a terceira: *deve ser revista de forma a receber melhor os novos alunos*, que recolhe apenas 22,4% de adesão da parte dos estudantes das Repúblicas contra 52,1% dos restantes. Como já se observou no quadro anterior, existe entre este sector dos estudantes uma perspectiva mais crítica e de menor valorização dos rituais académicos. Embora estes últimos resultados possam parecer contraditórios com essa ideia – já que os valores nestas três rubricas são relativamente mais baixos –, tal não se deve a um menor sentido crítico em relação à praxe. Pelo contrário, uma percentagem significativa de “repúblicos” assinalou a afirmação mais radical da lista apresentada, segundo a qual a praxe *deve ser completamente abolida, pois é uma violência*, recolhendo aí 39,7% face a uns ínfimos 2,6% do restante universo estudantil. Por seu lado, a ideia de que a mesma *deve manter-se como está* revela a concordância de apenas 6,9% dos “repúblicos”, contra 15,1% dos restantes e, finalmente, a afirmação de que a praxe *deve ser rigorosamente*

*aplicada de acordo com o Código da Praxe*⁸, também revela um claro contraste entre ambas as amostras, ou seja, apenas 6,9% da população das Repúblicas contra 28,3% dos outros estudantes, o que mostra bem o alheamento deste sector em relação ao próprio código da praxe.

4. Atitudes e orientações perante a vida em sociedade

As orientações perante a vida social e pessoal são aqui abordadas recorrendo a uma tipologia que já foi utilizada em estudos anteriores sobre as atitudes estudantis (MACHADO, *et al.*, 1990; ESTANQUE E NUNES, 2003). Este modelo fundamenta-se teoricamente na combinação de quatro princípios ou orientações subjectivas que podem articular-se de diferentes modos, segundo dois eixos: no primeiro contrapõem-se o princípio do investimento no indivíduo *versus* investimento no coletivo; e no segundo contrapõem-se o princípio do investimento no dia-a-dia *versus* o investimento no longo ou médio prazo.

Uma vez cruzadas, estas dimensões dão lugar a quatro orientações subjectivas perante a vida e a sociedade: 1) um modelo de ***cotidiano autocentrado***, ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano e aos interesses individuais; 2) um modelo de ***projeto sociocentrado***, ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do envolvimento social e do interesse colectivo; 3) um modelo de ***projeto autocentrado***, ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do interesse individual; 4) um modelo de ***cotidiano sociocentrado***, ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano com envolvimento social e colectiva.

No Quadro 3, abaixo, são comparados os resultados de dois questionários (o primeiro realizado em 2000, e o segundo em 2006), o que nos permite observar diversas evoluções no campo nas orientações subjectivas dos estudantes ao longo desse período. Em primeiro lugar, fica claro que as atitudes estudantis reorientaram-se hoje mais num sentido individualista do que seis anos antes. Isto é, enquanto em 2000 a maioria dos inquiridos revelou uma preferência pelas opções sociocentradas, fosse no quotidiano (33,3%) fosse no projecto (32,7%), na

⁸ O regulamento que estabelece as condições, limites e regras de aplicação das obrigações a que os caloiros (ou novatos) devem submeter-se perante os mais velhos, segundo a hierarquia ou “estatuto” de cada um: bichos (estudantes do ensino secundário), pára-quadistas (candidatos que ainda não ingressaram), pastranos, caloiros, semi-putos, quartanistas, quintanistas e veteranos.

Código da Praxe da UC: <<http://praxenao.no.sapo.pt/menucombi.htm>>. O “Conselho e Veteranos”, composto pelos veteranos (os que possuem um número de matrículas superior ao número de anos de duração do respectivo curso), é o órgão responsável pela aplicação correcta do código. Refira-se que essa aplicação “correcta” (supostamente dentro dos limites que impeçam práticas abusivas de violência sobre os caloiros) jamais é cumprida, como reconhecem os próprios “veteranos”, a começar pela autoridade máxima daquele conselho, o “Dux Veteranorum” (actualmente um “estudante” com cerca de 40 anos de idade, mas que nunca concluiu o curso, o requisito para conservar aquele estatuto). Esta situação, bem como o próprio código da praxe são actualmente objeto de discussão com vista a sua adaptação em face das mudanças introduzidas pela legislação dos acordos de Bolonha (nomeadamente a redução do número de anos dos cursos).

atualidade essas tendências surgem em parte invertidas. Em geral, os resultados de 2006 continuam a revelar uma ligeira maioria de respostas de orientação “sociocentrada” (50,2%, somando as variantes “projeto” e “cotidiano”) sobre as de orientação “autocentrada” (que somam 49,8%), se bem que agora haja um quase equilíbrio em comparação com os resultados anteriores, que revelaram um claro desequilíbrio a favor das opções “sociocentradas” (66% contra 34%). De facto, no último inquérito aumentaram significativamente as opções conotadas com atitudes autocentradas, seja na vertente “projeto” (35,7% contra 24,7% em 1999), seja na vertente “cotidiano” (14% contra 9,4% em 1999). No entanto, o *projeto sociocentrado* surge na atual geração como o segundo item mais escolhido (32,7%), logo a seguir ao *projeto autocentrado* (35,7%), aparecendo em terceiro lugar a opção *cotidiano sociocentrado* (22,1%) e em quarto lugar o *cotidiano autocentrado* (14%). Isto significa que, apesar do aumento do número daqueles que preferem as orientações autocentradas, estas só aparecem maioritárias (maioria relativa) na variante “projeto” e não na variante “cotidiano”.

QUADRO 3: Forma como se posiciona perante a vida, segundo o sexo (%)

	Cotidiano Autocentrado		Projeto Sociocentrado		Projeto Autocentrado		Cotidiano Sociocentrado	
	2000*	2006	2000*	2006	2000*	2006	2000*	2006
Feminino	7,4	10,7	34,4	26,1	22,0	38,4	36,2	24,9
Masculino	13,1	20,5	31,4	31,7	27,8	30,7	27,8	17,1
Total	9,3 (186)	14,1 (390)	33,4 (669)	28,1 (775)	23,9 (480)	35,7 (985)	33,4 (670)	22,1 (611)

* Inquérito aos Estudantes da UC (1999-2000), cf. ESTANQUE, E. & NUNES, J. A., 2003.

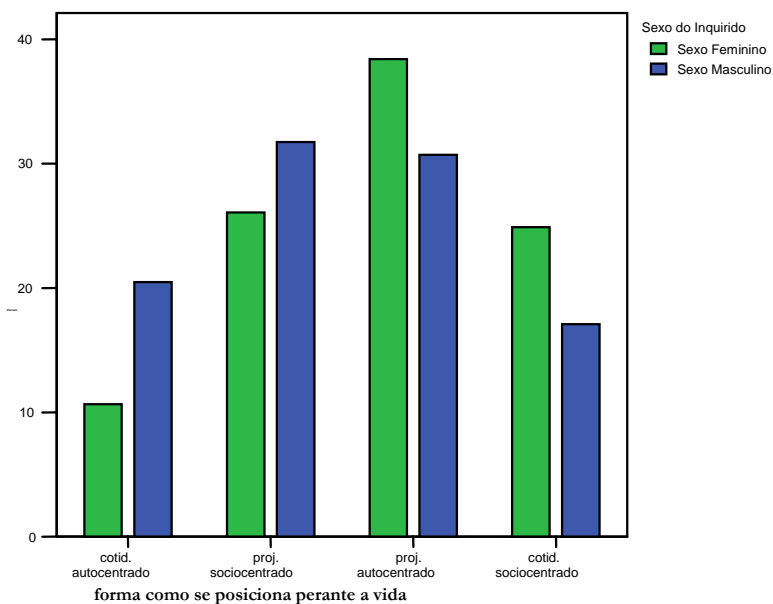
Quanto à distribuição segundo o sexo, a comparação apresenta igualmente resultados interessantes. Em 1999 as mulheres eram maioritárias em itens como *projeto sociocentrado* (34,4% Ms contra 31,4% Hs) e *cotidiano sociocentrado* (36,2% contra 27,8%) e eram claramente minoritárias nos dois restantes tipos de representações sociais, quer no *projeto sociocentrado* (22% Ms contra 27,8% Hs) quer no *cotidiano autocentrado* (7,4% Ms contra 13,1% Hs). Isto permite-nos concluir que no anterior estudo se deveu sobretudo às mulheres o fato de a maioria dos inquiridos ter revelado uma maior preferência por subjetividades com maior envolvimento social e no coletivo.

Os resultados de 2006 mostram que, no caso da opção *projeto sociocentrado*, o sector feminino passou a estar em minoria, e a uma distância significativa do sexo oposto, (26,1% Ms, 31,7% Hs), enquanto antes acontecia o contrário. Esta situação se inverte no item *projeto autocentrado* (38,4% Ms, 30,7% Hs) e no *cotidiano sociocentrado* (24,9% Ms, 17,1% Hs) onde as mulheres aparecem em clara maioria. Quer no *cotidiano autocentrado* (10,7% Ms, 20,5% Hs), quer no *projeto sociocentrado* (26,1% Ms, 31,7% Hs) são os rapazes que estão em maioria, tendo neste último

caso aumentado a diferença a favor das moças, sobretudo à custa da redução da adesão delas a esta opção.

Daqui se conclui que ao, longo deste período, os estudantes parecem ter desinvestido nas orientações “sociocentradas” e passado a investir mais nas orientações “autocentradas”, muito embora no caso dos rapazes se mantenha uma maior aposta no *projeto sociocentrado* (que se reforçou ligeiramente). No caso do *cotidiano autocentrado* nota-se um aumento muito significativo de ambos os sexos, mas sobretudo entre os rapazes, enquanto no *projeto sociocentrado* eles mantêm essa orientação, ao passo que elas diminuem claramente. Trata-se neste caso, claramente, de um efeito que deriva do aumento das dificuldades no acesso ao emprego. Ou seja, a pressão do mercado de trabalho e o desemprego de licenciados parecem resultar num maior investimento na defesa do interesse individual, tanto no imediato como no médio ou longo prazo. Por outro lado, a persistência dos rapazes no *projeto sociocentrado* prende-se aparentemente com a sua participação mais assídua nas estruturas organizativas da sociedade e no movimento estudantil (como adiante se verá), o que sem dúvida contribui para reforçar o sentido de partilha e o envolvimento social dos jovens na construção do futuro colectivo.

GRÁFICO 1: Orientações perante a vida (2006)



Refira-se que, na análise individualizada por curso, se destacam os seguintes resultados: ao *projeto autocentrado* aderem principalmente os cursos de Engenharia Química, Gestão de Empresas, Economia, Engenharia Mecânica, Desporto e Farmácia; ao *projeto sociocentrado* aderem sobretudo os cursos de Geografia, Relações Internacionais, História e Arquitectura; ao *cotidiano sociocentrado*, aderem

acima de tudo os cursos de Sociologia, História e Psicologia; e no caso do *cotidiano autocentrado* destacam-se os cursos de Engenharia Informática, Engenharia Electrónica e Engenharia Mecânica.

Também a este propósito, vale a pena comparar as diferenças entre os estudantes das Repúblicas e os restantes. De facto, quer a tradição e a memória histórica que está intimamente associada a estas casas “comunitárias”, quer a própria experiência vivida em colectividade conferem-lhes características específicas. Como se pode ver no Quadro 4, entre a minoria de estudantes “repúblicos” e os restantes são patentes os contrastes nas respectivas atitudes subjetivas. À semelhança do que antes foi assinalado a propósito da praxe académica, as orientações destes jovens exprimem uma evidente clivagem na forma como se posicionam perante a sociedade e a vida em geral.

QUADRO 4: Posicionamento perante a vida, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros (%)

<i>Posicionamento perante a vida</i>	Repúblicas	Outros	Total (N)
Cotidiano Autocentrado	10,7	14,2	14,1 (390)
Projeto Sociocentrado	41,1	27,8	28,1 (774)
Projeto Autocentrado	7,1	36,3	35,7 (984)
Cotidiano Sociocentrado	41,1	21,7	22,1 (610)

A preferência por orientações sociocentradas é muito evidente no caso dos estudantes das Repúblicas, enquanto que o *chamado projeto autocentrado* (que como já se viu recolhe a maioria de respostas da totalidade da amostra) é rejeitado quase em absoluto por este segmento da população estudantil de Coimbra. Aparentemente, os “repúblicos” são mais sensíveis ao envolvimento com os outros, o que se deverá prender com o facto de no interior das casas em que vivem prevalecer uma cultura de partilha e corresponsabilização na divisão das tarefas quotidianas no espaço da habitação, mas esta sensibilidade menos individualista não será alheia a outros factores socioculturais que envolvem as Repúblicas.

Para além das conotações que ligam, como antes foi referido, o ambiente das Repúblicas ao passado de luta do movimento estudantil coimbrão, subsiste o tradicional espírito de tertúlia, caracterizado pela presença de uma cultura de boemia na qual se combinam o sentido de irreverência e o estilo de vida “alternativo” ou supostamente “vanguardista”, quer no plano político quer no plano estético e dos consumos culturais. Com todas as suas tonalidades e sem esquecer a heterogeneidade que desde sempre acompanhou a vida nas Repúblicas, esta imagem subsiste entre a atual geração de estudantes. Muitos lançam sobre este pequeno sector de estudantes um olhar de reprovação ou desconfiança, associando-os a irresponsabilidade, excesso de consumo de álcool e fraco

aproveitamento escolar. De resto, o nosso questionário confirmou isso mesmo ao mostrar, por exemplo, que as “festas e convívios em repúblicas ou residências” são as actividades de convívio e lazer menos procuradas pelos estudantes, apesar de se saber que as saídas a bares e discotecas são constantes e de as referidas festas das repúblicas serem, regra geral, de porta aberta. Esta imagem negativa que a comunidade mais geral parece construir acerca das repúblicas – uma imagem porventura distorcida e preconceituosa – relaciona-se por sua vez com a atitude céptica por parte dos “repúblicos” em relação à praxe estudantil, que em parte deriva do luto académico que entre eles vigora desde 1969, mas também, como resultado de uma clara demarcação de modelos de referência nos planos cultural e ideológico. Seja como for, o modo de vida e as orientações subjetivas desta minoria reflectem-se em atitudes e práticas notoriamente distintas, como pode verificar-se noutros resultados do nosso estudo.

5. Práticas e atitudes perante o associativismo estudantil

A análise dos resultados mais directamente relacionadas com o movimento estudantil permite perceber mais em detalhe as dificuldades de participação associativa da geração actual dos estudantes de Coimbra. Efetivamente, tanto no que respeita às práticas como às atitudes perante a estrutura dirigente (AAC), ou ainda no que respeita às expectativas e prioridades acerca das pautas a merecer prioridade assumem-se aqui como dimensões interessantes de análise.

Como se sabe, a escassa participação cívica e associativa dos portugueses é uma realidade que nas últimas décadas se tem vindo a agravar. Apesar de se verificarem ainda níveis assinaláveis de filiação associativa no nosso país, segundo estudos recentes, houve uma quebra clara na última década do século passado: de 34% de filiação associativa, em 1990, passou a 25,6%, em 1999. Por outro lado, os valores ditos *pós-materialistas* tendem a consolidar-se no âmbito da UE e também em Portugal, mas no nosso país estão ainda distantes da média europeia (DELICADO, 2003). Acresce que a participação não é a mesma coisa do que a simples filiação. Aliás, no caso da AAC – que é a maior associação estudantil do país – os níveis de filiação são elevados porque os estudantes da UC são automaticamente membros da associação no próprio ato da inscrição na universidade.

Nas eleições para a Direcção Geral da AAC os níveis de abstencionismo são muito elevados. Ora, se quanto aos níveis de filiação associativa e de participação em actos eleitorais o panorama já é bastante preocupante (apenas 30-35% de votantes), quando se passa para o plano da intervenção activa na vida das associações ou da atividade regular nas estruturas organizadas da sociedade civil o problema ganha ainda mais evidência. E o mesmo que se passa na sociedade mais geral passa-se também na esfera do associativismo estudantil.

QUADRO 5: Participação em protestos públicos e actividades associativas (%)**

Ações em que participou	Muitas vezes*	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca
Assembleia Magna	4,5	8,1	20,8	66,5
Reuniões núcleo/ curso	11,3	12,4	22,1	54,2
Manifestações de âmbito estudantil	4,3	11	24,9	69,8
Outro tipo de manifestações	2,3	6,5	20,0	71,2
Greves	7,0	15,2	25,6	52,1
Abaixo-assinados campanhas cívicas	11,2	23,7	29,6	35,4
ONG's ou associações culturais e cívicas	5,2	8,8	17,0	69,0
Ações de solidariedade	6,8	18,3	23,4	51,1
Participa em listas para órgãos estudantis ou outros	5,1	9,4	15,0	70,0

* Os resultados desta coluna correspondem ao somatório dos níveis de maior regularidade de participação (soma das respostas “sempre” + “muitas vezes”).

** Questionava-se com que regularidade, ao longo do ano transacto, o inquirido tinha participado nessas actividades.

Olhando os dados do Quadro 5 (acima), podem facilmente constatar-se os baixíssimos volumes de participação activa dos estudantes da UC, quer nas estruturas e iniciativas directamente ligadas à AAC, quer noutra tipo de acções e iniciativas públicas. Considerando, em primeiro lugar, os resultados globais, verifica-se que da lista de iniciativas apresentada aos inquiridos, apenas em duas delas os que indicam participar “muitas vezes” revelam valores ligeiramente acima dos 10%. São os casos da *participação em reuniões de núcleo* (estruturas estudantis que se organizam por curso, no espaço das faculdades ou departamentos), com 11,3% de participação assídua, e o da adesão a *abaixo-assinados e campanhas cívicas* (11,2%). O cenário aqui traçado evidencia bem o divórcio existente entre as estruturas dirigentes e a generalidade dos estudantes. Basta olhar os valores da última coluna do quadro para confirmar aquilo que muitas vezes constatamos, quando assistimos às assembleias magnas e a outras manifestações promovidas pela AAC, ou seja, volumes de participação extremamente baixos. Sublinhem-se apenas alguns destes números: 66,5% dos estudantes nunca foram a uma *assembleia magna*; 69,8% nunca participaram numa *manifestação estudantil*; 71,2% jamais aderiram a qualquer *outro tipo de manifestação* pública; e mesmo em campanhas de abaixo-assinados ou nas reuniões de núcleo/ curso (as iniciativas em que se verifica maior participação), os volumes de abstencionismo são elevados, com 35,4% e 54,2%, respectivamente, daqueles que afirmaram nunca ter participado.

QUADRO 6: Participação em protestos públicos e actividades associativas, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros (%)*

Ações em que participou**	Repúblicas	Outros	Total
Assembléia magna	31,0	4,0	4,6
Reuniões de núcleo/ curso	15,8	11,3	11,4
Manifestações de âmbito estudantil	39,7	3,7	4,4
Outro tipo de manifestações	26,3	1,8	2,3
Greves	29,8	6,6	7,1
Abaixo-assinados campanhas cívicas	29,9	10,9	11,3
ONG's ou associações culturais e cívicas	13,7	5,1	5,2
Ações de solidariedade	8,6	7,1	7,1
Listas para órgãos estudantis ou outros	5,1	5,8	5,7

* Os resultados correspondem ao somatório dos níveis de maior regularidade de participação (soma as respostas “sempre” + “muitas vezes”, num leque que continha ainda as opções “algumas vezes”, “poucas vezes” e “nunca”).

** questionava-se, ao longo do ano transacto, com que regularidade tinha participado nessas actividades.

Podem ainda observar-se os mesmos resultados, comparando os que residem nas Repúblicas com a restante população estudantil de Coimbra. O Quadro 6 revela, uma vez mais, as diferenças entre estes dois universos. Se já atrás se verificaram opções e padrões de gosto bem distintos entre ambos os segmentos (no plano dos consumos culturais e actividades de lazer), agora, no que respeita às práticas de participação associativa, também fica claro o maior envolvimento da minoria dos “repúblicos” no plano da participação cívica e associativa. Na verdade, a avaliar por estes resultados, o ativismo deste sector é muitíssimo maior. Importa, contudo, ressaltar que este quadro apenas se refere a valores dos que participaram “muitas vezes” ou “sempre”, mas isso não lhe retira significado. Os maiores contrastes notam-se em ações como a participação em assembleias magnas da AAC (31% de “repúblicos” participaram muito contra apenas 4% dos restantes); em manifestações de âmbito estudantil (39,7% contra 3,7%); e outro tipo de manifestações (26,3% contra 1,8%). O único item em que o setor aqui minoritário revela menor actividade do que os seus colegas é o que se refere à participação em listas para os órgãos estudantis (5,1% contra 5,8%). Este último dado pode parecer contraditório, mas pode compreender-se, já que o radicalismo dos estudantes das Repúblicas é perpassado por orientações e subjetividades que se assumem na demarcação face à massa estudantil e no combate à lógica dominante na gestão da associação. A presença de correntes organizadas, como a chamada “Ruptura”, conotada com uma facção do Bloco de Esquerda, que mantém ligações ao mundo das Repúblicas, deverá ter aqui alguma influência, designadamente ao promover a participação em iniciativas públicas da AAC (como as manifestações e as assembleias magnas), contribuindo para estimular a ação do sector mais radical num sentido combativo e,

por assim dizer, “anti-sistema”, o que aparentemente se traduz numa rejeição da lógica eleitoral instituída.

6. Atitudes perante o associativismo e luta estudantil

Os resultados do Quadro 7, abaixo, referem-se às opiniões dos inquiridos quanto ao funcionamento da estrutura dirigente da AAC. Antes de mais, um dos indicadores mais surpreendentes a este respeito é o que revela uma elevada percentagem de inquiridos (49%) que considera que a Direção geral da AAC *é um organismo elitista que promove o acesso à política*. Este é, na verdade, um resultado contundente que, uma vez mais, confirma o divórcio que atrás já foi assinalado. Diga-se, por outro lado, que as afirmações mais positivas⁹ quanto ao papel da AAC obtiveram também valores significativos de adesão, como é o caso da opinião de que a mesma *é fundamental para a imagem e coesão da UC* (42,4%), ou a afirmação de que a AAC *representa e defende os interesses dos estudantes* (39,8%) ou ainda a convicção de que a Associação *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (33,6%).

Porém, as opiniões de sentido crítico, para além da que já se referiu – *“um organismo elitista que promove o acesso à política”* –, recolheram níveis de adesão igualmente reveladoras, como acontece com a que nos diz que a AAC *está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes* (34%) ou ainda a que a considera *uma estrutura centralizada e desligada das faculdades* (23,2%).

QUADRO 7: Opinião sobre a DG/AAC, comparações entre os estudantes das Repúblicas e os outros, e segundo o sexo (%)

Opinião sobre a AAC	Compar. C/ Repúblicas		Sexo		Total
	Repúblicas	Outros	Ms	Hs	
1. Representa e defende os interesses dos estudantes	19,0	40,2	40,9	37,7	39,8
2. Está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes	41,4	33,8	31,4	38,7	34,0
3. É um organismo elitista que promove o acesso à política	77,6	48,6	45,0	56,3	49,2
4. É importante para o desenvolvimento do espírito académico	10,3	34,1	36,9	27,4	33,6
5. É uma estrutura centralizada e desligada das faculdades	25,9	23,3	20,4	28,4	23,3
6. É fundamental para a imagem e a coesão da UC	20,7	42,9	44,7	38,4	42,4

Destes dados sobressai uma certa sintonia de opiniões entre o sector dos “repúblicos” quanto às apreciações mais críticas a cerca da AAC. Mais uma vez se reflete aqui um distanciamento crítico por parte deste segmento minoritário, que

⁹ Da lista de seis formulações apresentadas assinalam-se no quadro com os sinais “+” ou “-” respectivamente as de sentido positivo e negativo.

privilegia as afirmações de sinal “negativo” (numeradas por 2., 3. e 5.), ao contrário dos outros estudantes, que maioritariamente preferem subscrever as afirmações de sinal “positivo” em relação à atividade da associação (numeradas por 1., 4. e 6.). O maior contraste refere-se à opinião de que a AAC *é um organismo elitista que promove o acesso política* (que é partilhada por 77,6% dos “repúblicos” e por apenas 48,6% dos restantes inquiridos).

Já quando se trata de comparar estas opiniões segundo o sexo, verifica-se que as mulheres são em geral bem mais “simpáticas” que os homens na avaliação que perfilham sobre a AAC, isto é, elas indicam numa maioria clara subscrever as opiniões de sinal mais favorável à associação estudantil. A diferença mais evidente dirige-se, neste caso, para a avaliação segundo a qual a AAC *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (36,9% Ms contra 27,4% Hs).

QUADRO 8: Opinião sobre as prioridades das lutas/ reivindicações estudantis (%)*

Reivindicações prioritárias	Repúblicas	Outros	Total
Mais e melhores bolsas	84,5	76,4	76,6
Criação de novos cursos	24,6	27,8	27,7
Maior ligação ao merc. trabalho	70,7	92,1	94,6
Mais bibliotecas	63,1	60,8	60,8
Luta contra as propinas	74,2	57,9	58,2
Fim do <i>numerus clausus</i>	64,2	28,8	29,5
Mais apoio à investigação científica	75,4	80,2	80,8
Mais residências universitárias	79,3	63,8	64,2
Mais infra-estruturas desportivas	63,8	57,4	57,6
Mais salas de aula/estudo	74,1	78,1	78,9
Melhores cantinas	65,5	66,8	66,8
Paridade nos órgãos de gestão	69,6	50,6	51,0
Pedagogia	79,3	81,4	81,5

* Estas percentagens correspondem ao somatório das respostas que assinalaram as colunas 4 e 5, num leque de opções que oscilava entre 1 e 5 (em que 1 = não prioritário; e 5 = muito prioritário).

Na mesma linha de análise, o Quadro 8 refere-se às oposições entre “repúblicos” e outros, mas agora a respeito das prioridades que na opinião dos inquiridos deverão guiar a acção estudantil nos próximos tempos. Considerando os resultados no seu conjunto, pode dizer-se que aspectos como a *ligação ao mercado de trabalho* (94,6%), o *apoio à investigação científica* (80,8%), as *condições de estudo* (78,9%) e o apoio à ação social, com *mais e melhores bolsas* de estudo (76,6%), constituem os pontos que merecem maior atenção dos estudantes. Sublinhe-se que estes resultados são muito interessantes, na medida em que revelam, por um lado,

algum sentido pragmático que vai ao encontro do actual cenário de mudanças e de “crise” do sistema universitário português, e, por outro lado, mostra um relativo afastamento das “velhas” bandeiras do movimento estudantil (no período recente), como sejam a luta anti-propinas e contra o *numerus clausus*.

É curioso também assinalar a preocupação da população estudantil relativamente ao apoio à investigação científica. No geral, estes resultados contrariam a imagem de radicalismo e até de “irresponsabilidade” que por vezes tem sido associada ao ativismo estudantil. Todavia, convém ao mesmo tempo ter presente que estas orientações agora recolhidas não têm, por enquanto, sido coincidentes com os objectivos fundamentais dos protestos estudantis, nem em Coimbra nem no país.

As diferenças mais dignas de registo traduzem também preocupações relativamente contraditórias entre o sector das Repúblicas e os restantes inquiridos, já que, enquanto os primeiros tendem a colocar a ênfase no plano da “luta” e das ações de protesto, os segundos dão maior importância, como se disse, aos aspectos do acesso ao emprego, à actividade científica e às condições sociais e pedagógicas. Onde os “repúblicos” se mostram claramente mais empenhados que os seus restantes colegas é em aspectos como a luta pelo fim do *numerus clausus* (64,2% Rs contra 28,8% Outrs), o combate às propinas (74,2% Rs, 57,9% Outrs), a defesa da *paridade nos órgãos de gestão* (69,6% Rs, 50,6% Outrs), a reivindicação de *mais residências universitárias* (79,3% Rs, 63,8% Outrs), e a exigência de *mais e melhores bolsas de estudo* (84,5% Rs, 76,4% Outrs). Estas tendências vão, portanto, de encontro aos maiores índices de participação associativa e cívica, já apontados a este sector, bem como às suas opiniões mais críticas acerca do funcionamento das estruturas dirigentes da AAC.

7. Conclusão: tendências e desafios atuais

Como acabei de mostrar, os resultados do inquérito revelam uma escassa participação dos estudantes nas actividades associativas e também nos atos eleitorais da Associação de Estudantes (AAC). Esta situação é sem dúvida expressão das tendências mais gerais das democracias ocidentais onde se assiste a um crescente divórcio entre a ação política e os cidadãos.

Assim, é necessário atender a que as formas tradicionais de intervenção pública e as modalidades de ativismo político que vigoraram ao longo da segunda metade do século XX se encontram em profunda transformação. Por um lado, assistiu-se à emergência de todo um conjunto de novas dinâmicas e formas de mobilidade social e territorial, à intensificação dos fluxos globais de todos os tipos, à presença crescente das novas tecnologias da informação, ao aumento da concentração urbana etc., o que conduziu a mudanças drásticas nos modos de vida em sociedade e a uma maior individualização das relações sociais. Por outro lado, depois da queda do muro de Berlim e do império soviético esbateram-se largamente as ideologias que durante mais de um século inspiraram os principais movimentos

sociais sob formas de ação colectiva inspiradas em modelos utópicos de cariz emancipatório (SANTOS, 2004 E 2006; ESTANQUE, 2006).

No caso da Universidade de Coimbra, os processos de massificação, o cotidiano da vida estudantil e a crescente feminização alteraram as atmosferas da cidade e os núcleos em que germinam sociabilidades alternativas são, na verdade, muito escassos. Em primeiro lugar, os estudantes na sua maioria (que, como mostrei antes, são sobretudo oriundos da região Centro), ou habitam com os pais na cidade ou visitam as suas famílias semanalmente, saindo muitas vezes à sexta-feira e regressando à segunda-feira. Isto retira logo algum sentido à capacidade de reforço das identidades de grupo e à promoção de actividades de índole intelectual e associativa.

Em segundo lugar, o acentuar da evasão regular/ semanal para fora da cidade prende-se também com a maior presença de filhos da classe trabalhadora e de jovens mulheres. Ou seja, com esta composição das origens sociais tende a existir uma maior pressão da família, no sentido da conclusão do curso dos filhos com maior brevidade, tendo em vista alcançar rapidamente uma posição no mercado de trabalho. Além disso, não só a família e o acesso ao mercado de trabalho são hoje em dia os principais factores de preocupação apontados pelos estudantes, como o sector feminino revela em geral uma maior dedicação à família, recordando que elas estão em maioria sobretudo entre o segmento dos que são filhos da classe trabalhadora (cerca de 31%).

Em terceiro lugar, o fenómeno da feminização introduziu uma importante dissonância na cultura estudantil de Coimbra, uma vez que a tradição académica é fortemente masculinizada. Os rituais festivos, os cortejos, as brincadeiras da praxe, as próprias canções associadas ao simbolismo da universidade são todos eles imbuídos de valores patriarcais e de atitudes onde persiste algum marialvismo. Nuns casos a violência (simbólica ou física), noutros as práticas sexistas tendem ainda a relegar as moças para um estatuto secundário em relação aos rapazes. Por exemplo, não é permitido às mulheres cantarem o fado de Coimbra (não sendo proibido, há no entanto uma resistência da parte dos mais acérrimos defensores da tradição); os dirigentes associativos e os ativistas em geral são maioritariamente rapazes; mesmo as jovens que ocupam posições na estrutura dirigente da associação ou nos “núcleos” de curso nas faculdades, em geral mostram-se apenas na segunda ou na terceira fila nos diversos cerimoniais onde essas estruturas são chamadas. Em contrapartida, e pela mesma ordem de razões, algumas das (poucas) iniciativas de crítica à praxe académica e ao machismo de que a tradição académica está imbuída foram, nos últimos cinco anos, dinamizadas por núcleos de mulheres (nomeadamente as repúblicas femininas como a “Rosa Luxemburgo” ou as “Marias do Loureiro”), contribuindo para sensibilizar algumas consciências a este respeito. Tal contestação, porém, não tem tido grande continuidade e ultimamente. Apenas em situações muito pontuais, como foi o caso do lançamento de um novo disco de fados de Coimbra cantados por uma mulher (Cristina Cruz, *Coimbra Menina do Meu Olhar*, Aeminium Records, 2006), a problemática das relações de género na UC surge como tema de debate.

No atual momento, em que a universidade se debate com um processo geral de reestruturação – no âmbito dos acordos de Bolonha – é difícil avançar prognósticos acerca dos impactos da mudança em curso, quer na esfera do ritualismo e dos consumos culturais quer no que respeita às actividades associativas e ao movimento estudantil. As alterações ao regime jurídico do ensino superior já decididas pelo governo, em especial o fato de os estudantes perderem praticamente toda a representatividade que detinham nos órgãos de gestão da universidade e das faculdades, só agora estão a ser implementadas, exigindo para breve uma readaptação dos estatutos das instituições universitárias a esse novo regime jurídico. Aparentemente, este novo cenário parece favorecer o desencadear de novas ações de contestação. Mas o panorama que hoje se vive em Portugal é marcado pela indiferença. A juventude universitária é hoje pouco politizada e os sectores que o são tendem a fechar-se no seu ciclo restrito e num discurso marcado pelo radicalismo e pelo dogmatismo – por exemplo, há sinais de que a minoria dos que vivem nas repúblicas, apesar da sua postura de esquerda, mostram acima de tudo um evidente desprezo pela “massa” dos estudantes – deixando transparecer o seu “ethos” elitista e, portanto, a falta de capacidade ou de vontade para uma efetiva ligação aos problemas do estudante comum.

Por seu lado as estruturas associativas são, como se viu, conotadas pela maioria dos estudantes com o jogo político e com estratégias de interesse oportunista no protagonismo que os cargos dirigentes sempre propiciam. O facto de muitos ex-dirigentes ocuparem actualmente cargos políticos ou profissionais de relevo fornece também um motivo acrescido para que grande parte da juventude universitária olhe com cepticismo para os seus dirigentes ou simplesmente não participe em qualquer actividade associativa, nem mesmo nos actos eleitorais. No atual contexto de mudança no funcionamento do sistema universitário e de recomposição da população estudantil de Coimbra, a construção das sociabilidades estudantis e a sua ligação à cidade alteram-se substancialmente.

A maior proximidade geográfica dos estudantes em relação às suas terras de origem (hoje, mais de 40% dos estudantes são oriundos do distrito de Coimbra e 70% da Região Centro do país, onde se localiza a cidade), ao contrário do que pudesse esperar-se, não está a facilitar a fixação da população estudantil nem parece contribuir para reforçar a identidade colectiva dos estudantes no espaço da cidade. De fato, essa situação aliada à maior facilidade de transportes e ao facto dos estudantes serem hoje mais dependentes do apoio financeiro das famílias (muitas delas de classe-média/ trabalhadora), são factores que favorecem o aumento dos fluxos pendulares de fim de semana, levando muitos estudantes a sair à sexta-feira e regressar à segunda-feira, reduzindo-se assim o tempo de estada na cidade. Assim, as vivências e sociabilidades da juventude estudantil no espaço urbano passaram a ser mais frágeis e voláteis, contribuindo para esbater a identificação dos estudantes com a cidade de Coimbra, tornada para eles um lugar de passagem. Tudo isso somado às condicionantes sociais mais gerais, onde prevalece o individualismo, o desinteresse pelo conhecimento e pela actividade cultural, a indiferença perante a vida pública, o

associativismo e o exercício da cidadania, etc, apresenta-nos um conjunto de fatores justificativos da fragilidade do movimento estudantil na Universidade de Coimbra.

Todavia, se a universidade e a população estudantil continuam a ser as principais referências da identidade coimbrã, importa que as instituições locais – em especial o poder municipal e as autoridades académicas – prestem atenção às tendências preocupantes que hoje se desenham neste campo, por forma a procurar invertê-las. Para compreender a realidade atual de Coimbra importa ter presente o significado e o prestígio granjeados no passado, mas importa também, se queremos fazer jus a esse prestígio, evitar que essa tradição seja confundida com uma peça de museu. É inegável a importância fulcral que representa o envolvimento e a fixação dos estudantes e graduados na vida cultural e econômica de Coimbra, bem como o seu potencial contributo para a dinamização, desenvolvimento e projecção nacional e internacional da cidade que (justamente pela importância da sua universidade) se tornou conhecida como a “lusa Atenas”.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo/ Brasília: EDUNB/ HUCITEC, 1999.
- BEBIANO, R. “Cidade e Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº66, 2003, p.151-163.
- CARON, J.-C. *A l'École de la Violence*. Châtiments et Sevices dans l'Institution Scolaire au XIXème Siècle. Paris: Aubier, 1999.
- CRUZEIRO, M. & BEBIANO, R. (Orgs) *Anos Inquietos*. Porto: Afrontamento, 2006.
- DELICADO, A. “A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo”, In: VALA, J.; VILLAVEVERDE CABRAL, M. & RAMOS, A. (orgs.), *Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS, 2003, p. 199-256.
- ELIAS, N. & DUNNING, E. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- ESTANQUE, E. et al. (Orgs) *Universidade de Coimbra: desafios para o século XXI – um estudo sociológico*. Relatório de pesquisa. Coimbra: CES, 2005 (mimeo).
- ESTANQUE, E. & NUNES, J.A. “Dilemas e desafios da Universidade: Recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, 2003, p. 5-44.
- ESTANQUE, E. “A questão social e a democracia no início do século XXI – Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo”. Lisboa: Revista *Finisterra*, vol. 55-56-57, 2006.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editorial Vozes, 1977.
- FRIAS, A. “Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº66, 2003, p. 81-116.
- LAMY, A.S. *A Academia de Coimbra 1537-1990*. Lisboa: Rei dos Livros, 1990.
- MACHADO, F.L. et al. “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, 2003, p. 45-80.
- MACHADO, F.L. et al. “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 1990, p. 189-209.
- NAMORADO, R. “Crónica da Crise de 69 – Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 27/28, 1989, p. 63-124.
- SANTOS, B.S. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006.
- SANTOS, B.S. *A Universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.